

# CIDADE E URBANO EM MOÇAMBIQUE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DOS ESPAÇOS URBANOS DA PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA

## CITY AND URBAN IN MOZAMBIQUE: REFLECTIONS FROM URBAN SPACES OF ZAMBEZE PROVINCE

Elmer Agostinho Carlos de Matos 1

**Resumo:** O presente ensaio pretende problematizar os conceitos de urbano e cidade adoptados em Moçambique. Os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique (INE) associam o urbano à cidade, ou seja, o urbano tem limites e o mesmo coincide com os limites político-administrativos das cidades e das vilas moçambicanas. Esta coincidência de dois conceitos, que em princípios são diferentes, mas que um influencia significativamente no outro, acaba por carregar consigo interpretações equivocadas, não só das características que os espaços urbanos moçambicanos vão apresentar, como também no tamanho da população residente nas áreas urbana e nas cidades.

**Palavras-chave:** Cidade. Urbano. Moçambique.

**Abstract:** This essay aims to problematize the concepts of urban and city adopted in Mozambique. The data presented by Mozambique National Institute of Statistical (INE) associate the urban with the city. For this institution the urban has limits and it coincides with the political-administrative limits of Mozambique cities and towns. This coincidence of two concepts, which in principles are different, but which significantly influence the other, ends up carrying with it misinterpretation, not only of the characteristics that the Mozambican urban spaces will present, but also in the size of the population living in the urban areas and cities.

**Keywords:** City. Urban. Mozambique.

## Introdução

A referência à cidade em Moçambique está estritamente relacionada com a forma de construção e concepção da visão urbano-ocidental. A cidade moçambicana é resultado de um processo pastiche e desigual, que se encarregou de dividi-la em duas áreas, distintas, mas complementares, denominadas por Araújo (1999; 2003) de cidade de cimento e cidade de caniço.

A produção teórica desenvolvida por Araújo (1999; 2003) terá influenciado a noção de urbano utilizada pelo Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique (INE). Pesembora o autor tenha criticado o conceito de urbano utilizado pelo INE, a base de trabalho dessa instituição parece fazer referência à dualidade das cidades moçambicanas, discutida por Araújo (2003). De acordo com Araújo, as cidades moçambicanas, assim como os espaços urbanos são duais, com um centro, que resulta da implantação da cidade ocidental e uma periferia, adjacente ao centro e envolvendo a área central, constituindo a forma de produção de cidade à moda local.

Com o alcance da independência, que significou, também, a ocupação da cidade ocidental pelos moçambicanos, a realidade dos espaços urbanos alterou-se, principalmente naquilo que Araújo (2002) denominou de urbanidades, onde se verificou a inclusão de mais uma área, ou seja, a periferia dividiu-se em duas áreas, a qual Araújo intitulou de área suburbana e a periurbana. Para o autor,

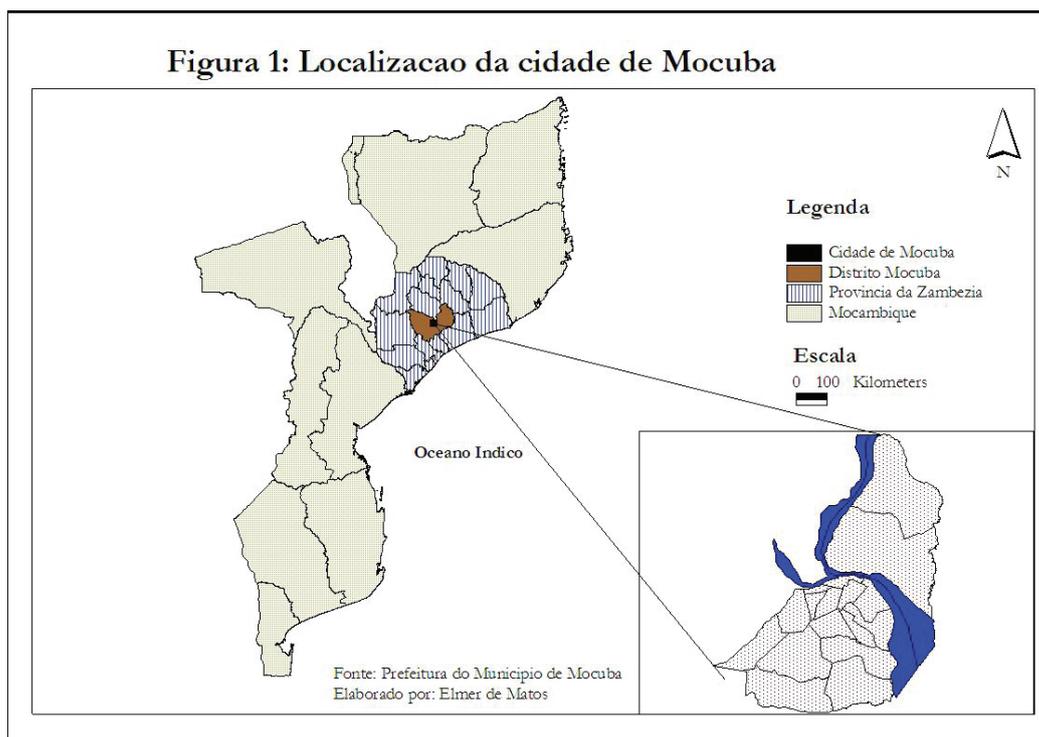
os bairros da área periurbana distinguem-se dos suburbanos, não por estarem na periferia dos limites administrativos da cidade, mas porque a densidade de ocupação residencial do espaço ainda é baixa e a atividade agrícola ainda está presente em todos eles ocupando áreas consideráveis, mas que vão diminuindo de ano para ano para dar lugar à construção de novas residências (ARAÚJO, 1999, p.179).

O presente ensaio pretende problematizar os conceitos de urbano e cidade adaptados em Moçambique. Os dados apresentados pelo INE associam o urbano à cidade, ou melhor, o urbano tem limites e o mesmo coincide com os limites político-administrativos das cidades e das vilas. Esta coincidência de dois conceitos, que em princípios são diferentes, mas que um influenciam significativamente no outro, acaba por carregar consigo interpretações equivocadas, não só das características que os espaços urbanos moçambicanos vão apresentar, como também no tamanho da população residente nas áreas urbana e nas cidades.

O tamanho da população das cidades moçambicanas pode estar a ser superestimado pelo INE, fenómeno já denunciado por Matos e Medeiros (2010), ao analisar o crescimento e a distribuição espacial da população na cidade de Mocuba. Os autores perceberam que o tamanho da população da cidade de Mocuba, apresentado no censo de 1997, não constituía a verdade, visto que a população da cidade (entenda-se do município de Mocuba) encontrava-se duplicada. Esse erro aparece em publicações de outros autores, como de Hansine (2017), Lima (2016) e no relatório da Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (BANCO MUNDIAL, 2010).

Para discutir as implicações dos equívocos nas definições de urbano e cidade recorrer-se-á às publicações do INE, especificamente os resultados dos Recenseamentos Gerais da População e Habitação realizados nos anos de 1997, 2007 e 2017. Importa referir que os resultados do recenseamento de 2017 ainda não estão disponíveis na sua totalidade, o que tornará as análises limitadas para o ano de 2007. O debate será levantado tendo como base os espaços urbanos da província da Zambézia, com algum enfoque para a cidade de Mocuba, que é o segundo principal centro urbano da província. Recorrer-se-á ao modelo desenvolvido por Araújo, tanto para discutir as características do urbano em Moçambique, como para analisar a evolução da população do município de Mocuba.

Figura 1: Localizacao da cidade de Mocuba



Administrativamente o território moçambicano subdivide-se em províncias, distritos, postos administrativos e localidades. Moçambique conta com 11 províncias, incluindo a Cidade de Maputo que tem o estatuto de província. As províncias subdividem-se em distritos. Os distritos em postos administrativos e estes em localidades. Existem, no país, 53 municípios, dos quais 23 são cidades e 30 são vilas.

A província da Zambézia localiza-se na região central do país e conta com três (3) cidades e sete (7) vilas. O Ministério para a Administração Estatal<sup>1</sup> (MAE) definiu para a província da Zambézia sete (7) municípios, dos quais três (3) cidades e quatro (4) vilas. A cidade de Quelimane é a capital da província. As cidades de Mocuba e Gurué são a 2ª e 3ª cidade da província, quer em termos de tamanho populacional, como pela importância econômica e política.

## O urbano em Moçambique

Araújo, em sua publicação de 2003, lançou o modelo de organização espacial dos espaços urbanos moçambicanos. O modelo, que se destina a compreender a organização interna das cidades, apresenta-se, igualmente, importante para a compreensão dos espaços urbanos. Antes da publicação da sua obra de 2003, Araújo ensaia, em 1999, a aplicação dos indicadores do modelo para compreender a organização interna da cidade de Maputo, cidade capital de Moçambique. Em 2002, mesmo antes de ter apresentado, formalmente, o modelo para o contexto moçambicano, o autor apresenta uma crítica à urbanização moçambicana, mostrando que a mesma não se enquadrava nos padrões de urbanização conceptualizados e aceites à nível internacional.

Em 2005, Araújo faz um exercício para a cidade de Matola, tentando compreender as desigualdades internas, socorrendo-se de alguns dos indicadores que o levaram a construir o modelo. Nesse exercício, o autor não faz referência, explicitamente, a aplicação do modelo de organização espacial dos espaços urbanos, provavelmente pelo facto da cidade da Matola ter sido construída como uma cidade satélite ou dormitório da cidade de Maputo, podendo distorcer o modelo. Influenciados pelo modelo de Araújo (2003), Matos e Medeiros (2010) aplicaram os indicadores do modelo para a compreensão da organização espacial da cidade de Mocuba.

Araújo compreende os espaços urbanos moçambicanos como sendo divididos, mas comunicantes e dependentes um do outro. Os mesmos são resultantes de um processo histórico

<sup>1</sup> Recentemente passou a designar-se por Ministério para a Administração Estatal e Função Pública.

associado à colonização. Esses espaços apresentam rugosidades que persistem no tempo e no espaço. Segundo Araújo (2003, p.167),

os actuais espaços urbanos em Moçambique são resultantes de um processo alógeno, em que a concentração de atividades económicas foi decidida e imposta em função de interesses exteriores (coloniais), como sucedeu, igualmente, em toda a África Subsaariana.

Para Araújo, o espaço urbano apresenta um centro e uma periferia, sendo que o centro é a cidade de cimento, planificada, de desenvolvimento vertical e com infraestruturas e serviços. A periferia é a cidade de “caniço”, não planificada, de desenvolvimento horizontal, de construção espontânea e de material precário e sem infraestruturas e serviços urbanos básicos. A quando da sua constituição, estas duas realidades eram marcadas, fortemente, pela cor da pele dos seus residentes. Com o alcance da independência, a tomada da cidade de cimento pelos moçambicanos, a cor dos seus ocupantes deixou de ser uma das principais características distintivas, observando-se uma degradação dos conteúdos urbanos. É nesse período que a periferia passa a contar com mais um anel, resultante da reclassificação dos limites das cidades e vilas, ou seja, à cidade é incluída mais um espaço, com características rurais, mas que serve de expansão da cidade, num movimento que confunde o urbano com a cidade.

A forma de organização dos espaços urbanos moçambicanos, desenvolvido por Araújo (2003), aparece, implicitamente, em relatórios do governo, como o do Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental<sup>2</sup> e o do Ministério da Administração Estatal, quando dividem a cidade em área urbanizada, área não urbanizada e área de ocupação dispersa. Estas três áreas apresentam uma relação direta com as áreas de cidade de cimento, cidade de caniço (que é considerada de área suburbana) e a área periurbana, respectivamente. Esta forma de olhar a cidade perpassa vários trabalhos realizados em Moçambique, mesmo naqueles que trabalham a urbanização sob outros prismas, como acontece na tese de doutoramento de Baia (2009) “Os conteúdos da urbanização em Moçambique: considerações a partir da experiência da cidade de Nampula”; na tese de doutoramento de Lima (2016), com o tema “Conflitos entre saberes na urbanização: as tradições das comunidades e o planeamento territorial na cidade de Mocuba”; e na reflexão apresentada por Hansine (2017) ao discutir “o crescimento urbano, a urbanização e a fecundidade em Moçambique: uma análise conceptual e teórica”.

Torna-se difícil entender a organização do espaço urbano moçambicano sem a compreensão dessas três realidades. A cidade de cimento é a cidade colonial, com a forma urbano-ocidental, mas podendo ter mesclagens na sua função, resultante de um processo histórico que acompanhou a evolução sociocultural e político-económica do país pós-independência. Essa dinâmica terá produzido formas alternativas de apropriação do espaço urbano, principalmente do núcleo central, que outrora era excludente e, hoje, tomado pelos excluídos que procuram encontrar formas de se (re)produzirem, numa sociedade que os excluí. Estas formas alternativas de apropriação da cidade, principalmente pelos segmentos populacionais precariamente incluídos, são marginalizadas no debate de assuntos ligados ao urbano e à cidade.

A definição de áreas urbanas ou de cidade adotadas no país é determinada pelo MAE. O MAE define as áreas urbanas tendo como principais indicadores os aspectos políticos, económicos, sociais e culturais, densidade da população, número e tipo de indústrias, grau de desenvolvimento de atividades de comércio, educação e saneamento (BANCO MUNDIAL, 2010). Estes indicadores permitem diferenciar as cidades de acordo com o seu nível de desenvolvimento. Contudo, não fica claro qual o peso de cada um dos indicadores e como se relacionam para a definição de uma cidade ou de uma vila ou mesmo do espaço urbano.

Com base nos indicadores definidos pelo MAE, os espaços urbanos são categorizados em cidades do Tipo A, do Tipo B, do Tipo C, do Tipo D e as vilas. São essas cidades e vilas que formam o espaço urbano moçambicano e que são adotados de forma acrítica pelo INE. Sendo assim, inicia-se a primeira distorção do conceito de urbano, por via da assunção de que urbano e cidade são sinónimos e que o urbano tem como limite o espaço definido pela divisão político-

<sup>2</sup> Recentemente denominado Ministério para a Terra e Ambiente.

-administrativa das cidades e vilas.

Esta associação do urbano à cidade, como tendo os mesmos limites, é a base para a definição de espaços urbanos no país. Araújo já se referia a esse aspecto na sua publicação de 2002, quando verificou que “em 1997 definiu-se como população urbana toda a que tem a sua residência permanente dentro dos limites administrativos dos aglomerados humanos que são classificados como cidades e vilas” (ARAÚJO, 2002, p.6). Em 2017, o INE (2019, p.11) refere que “de acordo com a divisão político-administrativa de 1986, considerou-se como população urbana aquela que reside nas 23 cidades e 69 vilas”. Esta associação direta entre a cidade e o urbano acaba por colocar em causa os conteúdos da urbanidade, já que os mesmos incorporam os espaços de ocupação dispersa e com características rurais.

Implicitamente (e/ou intencionalmente) a delimitação dos limites de cidades e vilas ajusta-se ao modelo desenvolvido por Araújo, pois essas áreas incluem o terceiro anel, a chamada área periurbana, que de urbano muito pouco tem, como foi referido por Araújo (1999; 2002, 2003). A incorporação desses espaços rurais aos limites das cidades e vilas é justificada com a necessidade de expansão do tecido edificado das cidades e vilas, por forma a permitir que mais gente habite os espaços urbanos (atendendo as necessidades de mais espaço para a (auto)construção de habitação dos novos residentes).

O trabalho de Matos e Medeiros (2010) aponta diferenças substanciais no tamanho da população recenseada na área da cidade de Mocuba (que para o INE constitui o espaço urbano de Mocuba) e a recenseada no município de Mocuba (área municipal). De acordo com Boletim da República, de 18 de fevereiro de 1997, que cria as autarquias, refere que “os municípios correspondem à circunscrição das cidades e vilas” (MOÇAMBIQUE, 1997, p.3), ou seja, a área do município é a mesma da área de uma cidade ou de uma vila. Sendo assim, a delimitação da área do município deve coincidir com a delimitação da área da cidade (ou do espaço urbano). É importante referenciar que nem todas as vilas são municípios, pois há vilas que não reúnem as condições base para se tornarem município, o que implica a existência de população urbana acima do número de habitantes que residem nos municípios.

Esta confusão entre o espaço considerado de cidade e o de município está associado à confusão dos conceitos de urbano e cidade e, acabam por influenciar no número de habitantes de algumas cidades. Observando a tabela 1 verifica-se que o tamanho da população residente nas cidades de Mocuba e Gurué não é o mesmo que reside nos respectivos municípios. Para além de superestimar o tamanho da população dessas cidades, colocando-as entre as 10 maiores cidades de Moçambique, no ano de 2007, superando algumas capitais provinciais como a cidade de Tete, Pemba e Lichinga, a mesma altera substancialmente os conteúdos da urbanidade dessas cidades (como se pode verificar nas tabelas 2, 3 e 4). Curiosamente, mesmo com esse suposto tamanho populacional, as duas cidades são classificadas como cidades do Tipo D, enquanto que as três cidades (Tete, Pemba e Lichinga) são classificadas como cidades do Tipo C.

**Tabela 1:** Evolução da população urbana na província da Zambézia (1997-2007)

Cidade/Vila	População		Variação	Taxa de crescimento médio
	1997	2007		
Cidade de Quelimane	150116	193343	43227	2,56
Cidade de Mocuba	124650	168736	44086	3,07
Município de Mocuba	54802	77889	23087	3,58
Cidade de Gurué	99335	145466	46131	3,89
Município de Gurué	41044	56913	15869	3,32
Vila de Alto Molócuè	13441	42200	28759	12,12
Vila de Chinde	16903	15116	-1787	-1,11
Vila de Pebane	8940	14779	5839	5,16

Vila de Namacurra	2873	19497	16624	21,11
Vila de Morrumbala	10890	20727	9837	6,65
Vila de Milange	16666	30257	13591	6,14
Vila da Maganja	10519	15410	4891	3,89
Urbano Zambézia	390047	679073	289026	5,70

**Fonte:** Censos (1997; 2007)

A não clarificação (e harmonização) dos conceitos de urbano, cidade e de município aplicados no país influenciam, não só no tamanho da população urbana, como também influenciam no conteúdo da urbanidade desses espaços, já que os mesmos incorporam um anel marcadamente rural. Para a análise dos conteúdos da urbanidade recorrer-se-á aos indicadores utilizados por Araújo no seu modelo de organização dos espaços urbanos em Moçambique. Araújo (1999; 2003) trabalha com: i) tipo de atividade econômica desenvolvida pelo chefe do agregado familiar; ii) tipo de habitação; iii) condições de abastecimento de água; e iv) saneamento do meio.

Os indicadores utilizados por Araújo e adotados nesta análise concebem a cidade numa perspectiva ocidental, o que pode não representar o tipo de cidade moçambicana. Contudo, considera-se oportuno trabalhar com os mesmos indicadores, mas ressaltando as cautelas que se deve ter na sua análise e na associação aos conteúdos da urbanidade. As atuais cidades moçambicanas, assim como a construção social de cidade predominante no país impele para a perfilhação desses indicadores como forma de compreender se os mesmos consolidam os conceitos de cidade e urbano adotados pelas instituições governamentais ou se se está caminhando na direção de concepção de formas alternativas de produção de cidade.

Independentemente da crítica que se pode colocar aos indicadores, fica patente que a ideia de cidade e/ou urbano está associada a uma transição de domínio de atividades do sector primário para as do sector secundário e terciário. Esta transição, transporta consigo alterações sociais e culturais, com implicações na forma de organização do espaço e de sua produção, afetando as formas de edificação da habitação, dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento.

Araújo (1999; 2003) refere que para analisar as características dos espaços urbanos é preciso verificar a principal atividade econômica do chefe do Agregado Familiar (AF). Os dados do censo de 2007 evidenciam que cerca de 35% dos chefes de AF residentes nas áreas urbanas encontravam-se a desenvolver atividades do sector primário. Quando analisado ao nível das cidades e vilas, constata-se que os dados demonstram que as cidades, consideradas pequenas, e as vilas são, ainda, dominadas por atividades do sector primário.

As cidades e vilas da província da Zambézia apresentam dados acima da média nacional. Mais de 60% dos chefes dos AF indicaram, como principal ocupação, as atividades do sector primário, com exceção da cidade de Quelimane (35,5%) que se encontra abaixo da média nacional (31,2%). Situação curiosa é o facto das cidades de Mocuba e Gurué apresentarem percentuais iguais ou acima dos percentuais registados nas vilas, ou seja, existem mais chefes de AF desenvolvendo atividades do sector primário nas cidades de Mocuba (71,8%) e Gurué (82,3%) do que nas vilas.

Se analisado os outros indicadores, verificam-se diferenças substanciais nos conteúdos da urbanidade. Uns que podem ser considerados característicos da cidade ocidental e outros que caracterizam as formas locais de garantir o aprovisionamento das infraestruturas e serviços sociais básicos. Essas diferenças poderiam estar relacionadas com as formas de ver a dualidade urbana desenvolvida por Araújo, sendo a cidade alógena e a cidade nativa (se é que se pode assim chamar). São duas realidades diferentes, que compõem o mesmo espaço da cidade ou vila, mas com formas de produção dissímeis.

De acordo com o modelo de Araújo (2003), as desigualdades socioespaciais vão se agudizando à medida que se desloca do centro para a periferia. Apesar de considerar-se três realidades sócio espaciais, importa referir que a noção de cidade está intrinsecamente associada ao modelo de cidade ocidental. Esta percepção de cidade, como centro de tudo e com

feições urbanísticas ocidentais, molda a construção das noções de cidade nas três realidades do espaço urbano. Analisar esses indicadores também significa encontrar formas de reivindicar o direito à cidade<sup>3</sup> (ou aos conteúdos da urbanidade que se concentram na cidade de cimento).

Os dados das tabelas 2, 3 e 4 revelam, para além da degradação dos conteúdos dos indicadores selecionados, que os espaços urbanos congregam infraestruturas que caracterizam a cidade ocidental, como também as que caracterizam as possibilidades socioeconômicas nativas de os suprir. Os tipos de infraestruturas que são oferecidas em cidades ocidentais são o esgoto, a água encanada e a flat/apartamento (como também pode-se incluir a casa convencional, que é uma moradia). A presença desses elementos influencia arranjos próprios de organização do espaço urbano (ocidental). Ou seja, a prestação dos serviços urbanos, com essas características, implica a sua adequação às funções para as quais se pretende garantir.

**Tabela 2:** Tipo de habitação em % (ano de 2007)

Cidade/Vila	Flat/Ap	Casa Convencional	Palhota	Casa Mista	Casa precária
Cidade de Quelimane	1,4	10,7	42,9	43,5	1,5
Cidade de Mocuba	0,1	6,7	82,4	9,7	1,1
Cidade de Gurué	0,1	9,2	50,3	38,8	1,6
Vila de Alto Molócuè	0,1	10,5	79,5	9,4	0,5
Vila de Chinde	0,0	9,0	80,2	10,0	0,8
Vila de Pebane	0,1	3,9	87,5	8,1	0,4
Vila de Namacurra	0,0	2,9	86,3	10,4	0,4
Vila de Morrumbala	0,1	8,0	77,3	13,4	1,2
Vila de Milange	0,1	21,0	53,5	24,0	1,4
Vila da Maganja	0,1	3,1	87,4	9,1	0,3
Nacional	2,5	35,3	36,5	24,7	1,0

Fonte: Censos (2007)

Para os grupos populacionais que habitam a periferia da cidade, a garantia de sobrevivência fica na responsabilidade de cada família. Em outras palavras, as modalidades de usufruto dos serviços de acesso à água, de saneamento do meio e de habitação são ajustáveis à capacidade econômica, bem como da criatividade engendrada por cada família. Sendo assim, as famílias, sem condições financeiras e sem o apoio do poder público, reinventam formas de garantir esses serviços, muitas delas resultantes das experiências que lembram os seus anteriores espaços de residência (o rural). Essas experiências são materializadas nas formas de construção de habitação do tipo palhota, na recorrência aos poços e cursos hídricos existentes e na construção de latrinas com materiais que a natureza oferece.

**Tabela 3:** Condições de abastecimento de água nas habitações em % (ano de 2007)

Cidade/Vila	Água encanada	Fonte segura		Fontes inseguras		
		Fontanário	Furo	Poço	Rio/Lagoa	Outros
Cidade de Quelimane	19,8	66,1	2,2	10,8	0,7	0,3
Cidade de Mocuba	5,7	10,9	5,9	54,2	22,9	0,4
Cidade de Gurué	8,9	7,1	6,1	57,6	20,1	0,2
Vila de Alto Molócuè	1,1	4,4	20,0	65,1	7,8	0,6
Vila de Chinde	0,1	0,8	40,6	40,4	17,4	0,6

<sup>3</sup> Inspiração da obra de Lefebvre, Henri. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

Vila de Pebane	0,2	3,6	85,5	8,6	0,1	1,9
Vila de Namacurra	3,9	21,9	42,8	30,9	0,4	0,0
Vila de Morrumbala	4,8	18,6	30,8	44,6	1,1	0,3
Vila de Milange	12,6	21,5	11,7	50,1	3,1	1,0
Vila da Maganja	0,3	20,7	27,5	44,2	4,3	3,2
Nacional	32,6	24,9	10,4	26,5	4,4	1,1

Fonte: Censos (2007)

A integração da população da periferia ao espaço urbano foi, por um lado, a partir de uma luta constante para se aproximar o máximo possível do centro, beneficiando-se dos equipamentos sociais básicos existentes, assim como de oportunidades de trabalho, forjando arranjos sócio espaciais resultantes da materialização das suas experiências, associadas à carência de espaço. A consequência foi a produção de um espaço não ordenado à moda urbano ocidental, desprovido dos serviços sociais básicos, com uma maior presença de palhotas (com transição para casa mista), de latrinas (num primeiro momento tradicionais e depois melhoradas) e de poços caseiros e rios e lagos (mais tarde, com a intervenção do poder público, a disponibilização de fontanários e de furos). Por outro lado, surge um outro arranjo sócio espacial, resultante de integração de espaços de fraca densidade populacional e de práticas de atividades do sector primário. Este espaço apresenta as mesmas carências descritas anteriormente. Contudo, como é um espaço que vem sendo incorporado, tardiamente, ao espaço da cidade, as iniciativas de fragmentação da terra à moda ocidental vão ganhando força, mas a população que nela reside encontra-se distante (física e economicamente) dos serviços sociais básicos e é praticamente constituída por agricultores.

**Tabela 4:** Condições de acesso a eletricidade e saneamento em % (em 2007)

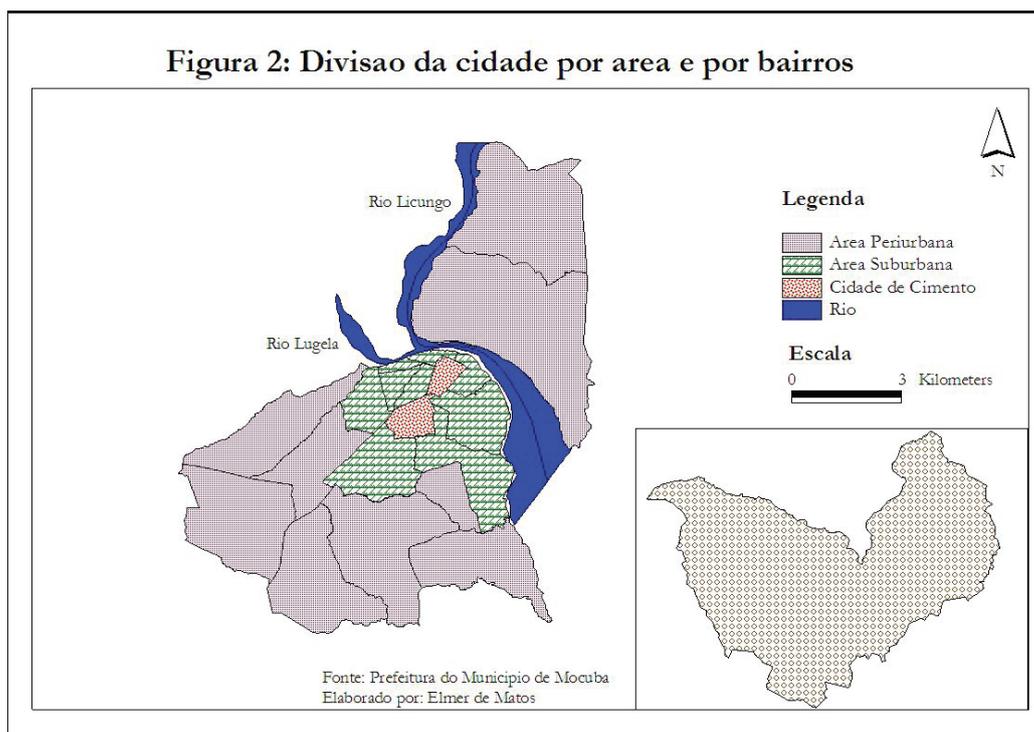
Cidade/Vila	Acesso a Eletricidade	Saneamento			
		Esgoto	Latrina	Latrina tradicional	Sem saneamento
Cidade de Quelimane	35,5	8,9	35,2	5,7	50,2
Cidade de Mocuba	12,4	1,9	11,7	28,3	58,1
Cidade de Gurulé	6,0	1,0	4,7	34,0	60,3
Vila de Alto Molócuè	33,1	1,2	9,5	53,0	36,3
Vila de Chinde	2,3	1,0	5,4	7,8	85,7
Vila de Pebane	4,7	0,8	6,4	33,6	59,2
Vila de Namacurra	4,5	0,7	4,2	28,6	66,5
Vila de Morrumbala	16,4	1,0	10,9	42,2	45,9
Vila de Milange	28,9	1,9	22,4	64,1	11,5
Vila da Maganja	12,7	0,7	7,4	41,3	50,6
Nacional	32,2	11,1	30,9	34,6	23,4

Fonte: Censos (2007)

Ao considerar-se que os conteúdos da urbanidade vão se degradando, pretende-se realçar que as condições de vida na periferia urbana tendem a ser menos favoráveis à garantia de uma vida condigna. O destaque na degradação não está, necessariamente, relacionado com a materialização das experiências transportadas do espaço rural, que muitas vezes não se adequam à forma como é (des)governada a cidade, mas às situações que se verificam na deterioração das condições de vida, como o percentual de população que ainda recorre a fontes inseguras de abastecimento de água e o percentual de famílias que não se beneficia de um sistema de saneamento.

## O município de Mocuba e o modelo de Araújo

Num exercício desenvolvido por Matos e Medeiros (2010) para o município de Mocuba, socorrendo-se do modelo de Araújo (2003), foi possível dividir a cidade em três anéis. Sendo que o anel central é o que corresponde à cidade colonial e os dois anéis restantes correspondem às formas locais de produção da cidade, ou de sua integração à cidade. Para a aplicação do modelo, os autores utilizaram os dados do censo de 1997 e o levantamento numérico efetuado pelo município de Mocuba, para o ano de 2008<sup>4</sup>.



Uma das preocupações levantadas por Araújo (2003; 2002) é o facto de tempos em tempos os limites das cidades serem alterados, com o propósito da cidade acompanhar a suposta urbanização, ou para acrescentar espaços que acomodem uma futura expansão da população da cidade. Se analisado os dados apresentados pelos censos de 1997, 2007 e 2017 verifica-se que em cada censo realizado o número de bairros foi aumentando. Em 1997 o município de Mocuba contava com 13 bairros. No censo de 2007 o número de bairros passou para 16, em função da reclassificação dos limites político-administrativos, tendo sido incorporado novos espaços para acomodar os interesses expansionistas do município.

No censo realizado no ano de 2017 mais bairros foram acrescentados. Esses novos bairros já dispõem de informação e reconhecimento pelo INE, mesmo não sendo, ainda, reconhecidos formalmente pelo governo municipal ou pela autoridade competente (MAE). Os novos bairros já são alvos de planeamento e gestão do município. Os bairros de Pedreira e Derruba resultam de uma reclassificação dos limites da cidade, representando, mais uma vez, a incorporação de espaços rurais aos limites administrativos do município. O bairro de Nadegudo resulta de uma subdivisão do bairro Samora Machel. Assim como sucedeu ao bairro de Nadegudo, os bairros Marmanelo 2 e Toma de Água 2 resultam, igualmente, de uma divisão de bairros já existentes.

Os dados da tabela 5 mostram que em 20 anos o tamanho da população do município de Mocuba mais que duplicou, passando dos 54 806 habitantes para 115 021 habitantes. Este aumento da população é influenciado, em termos absolutos e relativos, pela área periurbana, que contribuiu com cerca de 30 mil habitantes e, com um crescimento populacional de acima de 6% ao ano. A reclassificação dos limites administrativos permitiu contribuir, em cada censo realizado, mais de 4% da população da cidade.

4 Os dados do censo de 2007 só foram publicados no ano de 2010.

**Tabela 5:** Evolução da população do município de Mocuba entre os anos de 1997 e 2017

Bairro	Anos			Taxa de Crescimento Médio	
	1997	2007	2017	1997-2007	2007-2017
3 de Fevereiro	1986	1639	1640	-1,90	0,01
25 de Setembro	4311	4764	5030	1,00	0,55
Cidade de Cimento	6297	6403	6670	0,17	0,41
CFM	6087	7707	8008	2,39	0,38
Central	5006	5766	6231	1,42	0,78
Toma de Água	2496	6666	9412	10,32	3,51
16 de Junho	2054	2577	3411	2,29	2,84
Marmanelo	7764	11411	15620	3,93	3,19
Sacra	2712	2827	2074	0,42	-3,05
Lugela	2116	2643	2380	2,25	-1,04
Carreira de Tiro 1	3717	2599	5436	-3,51	7,66
Carreira de Tiro 2	-	1154	1710	-	4,01
Aeroporto 1	5147	6871	12043	2,93	5,77
Área Suburbana	37099	50221	66325	3,08	2,82
Aeroporto 2	1578	3378	8910	7,91	10,19
Samora Machel	9832	14656	20025	4,07	3,17
Macuvine	-	1290	2431	-	6,54
Muanaco	-	1213	1591	-	2,75
Naverua	-	730	3569	-	17,20
Derruba	-	-	2829	-	-
Pedreira	-	-	2671	-	-
Área Periurbana	11410	21267	42026	6,43	7,05
Município Mocuba	54806	77869	115021	3,58	3,98

**Fonte:** Censos (1997; 2007; 2017)

Durante os 20 anos registou-se um crescimento significativo da área do município. Em 2007 o aumento de área para o município representou perto de 28% e, em 2017 foram acrescentados mais 33%, ou seja, de 1997 a 2017 a reclassificação dos limites administrativos permitiu um crescimento espacial de 61% da área do município (tabela 6).

É interessante notar que a área periurbana do município representa mais de três quartos da área total do município e, alberga pouco mais de 35% da população, mas com uma densidade populacional de 8 habitantes por hectare. É a área suburbana que concentra o maior percentual da população da cidade e apresenta a maior densidade populacional (tabela 6). Esta tendência segue a distribuição espacial apresentada por Araújo (2003), quando demonstra que a área suburbana é a que concentra mais população e tende a ser a que apresenta as maiores densidades populacionais pelo facto de ser uma área que alberga população de renda baixa e que pretende estar o mais próximo do centro da cidade, que é o espaço que oferece as mais diversas oportunidades de trabalho, não só formais como também as do circuito inferior.

**Tabela 6:** Peso e densidade populacional por bairro e área de residência

Bairro	Peso da população			Densidade populacional/ha		
	1997	2007	2017	1997	2007	2017
3 de Fevereiro	3.6	2.1	1.4	34.7	28.6	28.6
25 de Setembro	7.9	6.1	4.4	34.6	38.2	40.3
Cidade de Cimento	11.5	8.2	5.8	34.6	35.2	36.6
CFM	11.1	9.9	7.0	52.5	66.5	69.1
Central	9.1	7.4	5.4	76.4	88.0	95.1
Toma de Água	4.6	8.6	8.2	16.7	44.7	63.1
16 de Junho	3.7	3.3	3.0	40.2	50.4	66.8
Marmanelo	14.2	14.7	13.6	68.3	100.4	137.4
Sacra	4.9	3.6	1.8	73.9	77.0	56.5
Lugela	3.9	3.4	2.1	98.4	122.9	110.7
Carreira de Tiro 1	6.8	3.3	4.7	12.5	8.8	18.3
Carreira de Tiro 2	-	1.5	1.5	-	15.9	23.5
Aeroporto 1	9.4	8.8	10.5	14.0	18.7	32.8
Área Suburbana	67.7	64.5	57.7	28.7	38.9	51.4
Aeroporto 2	2.9	4.3	7.7	7.1	15.2	40.1
SamoraMachel	17.9	18.8	17.4	11.5	17.1	23.4
Macuvine	-	1.7	2.1	-	3.1	5.9
Muanaco	-	1.6	1.4	-	2.7	3.5
Naverua	-	0.9	3.1	-	0.8	3.8
Derruba	-	-	2.5	-	-	2.5
Pedreira	-	-	2.3	-	-	2.5
Área Periurbana	20.8	27.3	36.5	2.3	4.2	8.3
Município Mocuba	100	100	100	8.4	11.9	17.6

**Fonte:** Censos (1997; 2007; 2017)

A fraca densidade populacional da área periurbana está relacionada com o facto de ser um espaço que está sempre em crescimento à custa do rural, contendo formas específicas de produção e organização do espaço, como formas, ainda primárias, de relacionamento entre o homem e a natureza e uma organização do espaço residencial e produtivo que permite o desenvolvimento da agricultura de subsistência. A densidade vai aumentando com o passar do tempo, visto que a área se torna num espaço apetecível para os jovens recém empregados que se preocupam em construir a casa própria. Sendo assim, o espaço mistura formas de organização espaciais urbanas com as rurais, e esta vai desaparecendo à medida que a demanda por casa própria for aumentando.

Os dados censitários mostram uma tendência de redução do peso da população ao nível das áreas urbanas e suburbanas. A área periurbana vai ganhando peso populacional no município. Analisando a evolução da densidade populacional nas três áreas do município, percebe-se que a área central foi a que menos alterou o número de habitantes por hectare. As restantes áreas apresentaram um aumento da densidade populacional ao longo desses 20 anos, sendo que a suburbana é a área mais densificada e, a periurbana, apesar de aumentar, ainda ostenta densidades populacionais próxima das áreas rurais. Os bairros que fazem parte da área periurbana exibem uma densidade populacional de aproximadamente 4 habitantes por hectare, com exceção do bairro Samora Machel.

Araújo (2003) verificou, a partir dos dados do censo de 1997, um novo fenômeno nas

cidades moçambicanas, que é a alteração da estrutura sexual, começando a verificar-se cidades mais femininas. Para o caso da cidade de Mocuba a alteração acontece no censo de 2017, influenciada, principalmente, pelas alterações nas áreas suburbanas e periurbanas (tabela 7). De 1997 a 2017 o percentual de mulheres no município foi aumentando, chegando a superar o sexo masculino no ano de 2017.

Analisando a razão de sexo pelas três áreas da cidade percebe-se que é nos bairros da área periurbana, que foram incluídos ao município devido à reclassificação dos limites administrativos, que apresentam uma estrutura sexual mais feminina, ou seja, são espaços que eram rurais e, de um dia para o outro maquiaram-se em urbanos. De acordo com Araújo (2003, p.178) “em geral, quem primeiro se dirige para a cidade para tentar melhorar as condições de vida, são os homens em idade de trabalhar. No local de origem ficam os restantes membros do agregado familiar, maioritariamente mulheres e crianças”. Isto pode explicar o aumento da população feminina na cidade de Mocuba, sendo que num primeiro momento, influenciado pela guerra civil (1976-1992), a migração para a cidade foi mais masculina e, com o reestabelecimento da situação e a incorporação das áreas rurais, que eram mais femininas, a estrutura sexual inicia um processo de inversão.

**Tabela 7:** Razão de sexo entre os anos 1997 e 2017

Bairro	Razão de sexo		
	1997	2007	2017
3 de Fevereiro	123,4	115,4	114,9
25 de Setembro	132,6	105,6	97,7
Cidade de Cimento	129,6	107,8	101,7
CFM	113,1	100,9	92,0
Central	112,0	103,0	94,3
Toma de Água	107,3	101,8	93,7
16 de Junho	104,8	102,2	100,5
Marmanelo	110,1	102,4	93,9
Sacra	114,0	102,9	100,8
Lugela	110,8	103,9	94,0
Carreira de Tiro 1	112,2	97,0	95,9
Carreira de Tiro 2	-	94,3	82,9
Aeroporto 1	103,3	98,8	97,6
Área Suburbana	109,9	101,3	94,7
Aeroporto 2	102,8	95,3	92,9
SamoraMachel	116,5	103,7	95,3
Macuvine	-	96,9	90,7
Muanaco	-	98,5	104,0
Naverua	-	90,1	92,9
Derruba			89,7
Pedreira			94,8
Área Periurbana	114,5	101,1	94,2
MunicípioMocuba	113,0	101,7	94,9

Fonte: Censos (1997; 2007)

## Cidade e urbano em Moçambique

Moçambique continua a ser um país rural, com uma população urbana de 33% e em crescimento (INE, 2019). Tal como acontece no Brasil<sup>5</sup>, o Instituto Nacional de Estatística considera população urbana toda aquela que reside em espaços classificados como cidades e vilas. Esta definição, que não discute os indicadores incorporados à definição, acaba por herdar uma classificação que inclui os chamados espaços de ocupação dispersa, ou mesmo, espaços rurais.

A realidade dos espaços urbanos moçambicanos é fruto de um processo histórico que consolida arranjos espaciais (re)produtores de desigualdades, onde apenas o núcleo central apresenta as condições de urbanidade próximas dos conceitos de urbano e cidade definidos no ocidente. Discutir a produção do espaço urbano em Moçambique passa por compreender como as dinâmicas locais moldam a organização sócio espacial, reproduzindo formas de organização espacial que mesclam as rugosidades e as diferentes formas de produção e apropriação “informal” do espaço, em função de uma inclusão precária de vastos segmentos da população.

Independentemente da aceitação ou não dos conteúdos da urbanidade trabalhados por Araújo, os espaços urbanos moçambicanos evidenciam formas de apropriação do mesmo que atendem a uma lógica precária de inclusão. Ou seja, os dois anéis periféricos da cidade são resultado de uma produção local, que reflete os contextos conjunturais de produção da cidade nativa. A luta para viver na cidade, entendendo a cidade como o espaço colonial, que oferece as mais diversas oportunidades económicas, vai produzindo formas alternativas de apropriação, resultando em arranjos espaciais de (re)existência à cidade.

A maioria dos espaços urbanos moçambicanos são dominados pela prática da agricultura de subsistência. Os dados apresentados ao longo do artigo evidenciam que mais de três quintos da população que reside nas cidades e vilas desenvolvem a agricultura como a principal atividade do chefe do agregado familiar. É importante realçar que o número de famílias que desenvolve a agricultura é bastante superior aos 3/5, pois as famílias que não indicaram as atividades do sector primário como a sua principal atividade têm a agricultura como atividade secundária. Estudo realizado por Matos e Medeiros (2010) para o município de Mocuba demonstrou esse cenário, onde perto de 50% dos inquiridos indicavam a agricultura como a principal atividade do AF, mas o percentual de praticantes alcançava os 75%.

Os dados da importância das atividades do sector primário são mais presentes em vilas e reduzem significativamente em cidades maiores, como a cidade da Matola (11%), de Nam-pula (24,1%) e da Beira (29%) que são os principais centros urbanos do Sul, Norte e Centro do país, respectivamente<sup>6</sup>. Esta é uma das características dos espaços rurais moçambicanos e, pode-se, facilmente, relacioná-la às abordagens defendidas por Negrão (2002) que destaca o facto da família rural moçambicana nunca abandonar a prática da agricultura por ser uma atividade que oferece segurança, podendo ser controlada pela família, ao mesmo tempo que dispensa a aquisição de produtos agrícolas em mercados locais. Igualmente, a agricultura desempenha a função de obtenção de rendimentos com a venda do excedente.

Como os espaços urbanos moçambicanos, muitos deles são filhas do Estado (ARAÚJO, 2003), constata-se que os anéis que constituem a periferia do espaço urbano apresentam características rurais, principalmente o terceiro anel que é resultado de um processo que confunde urbano com cidade. Esse processo inclui a chamada área de ocupação dispersa, com características rurais e com escassez de infraestruturas e serviços urbanos, alterando, substancialmente os conteúdos urbanos do espaço. Se analisado os indicadores discutidos ao longo do artigo, perceber-se-á que as condições de vida da população dos espaços urbanos tendem a ser precárias, com problemas graves de acesso a habitação condigna, um sistema de saneamento adequado e com acesso à energia elétrica, ou seja, as condições dos espaços urbanos apresentados ao longo do texto assemelham-se às características dos espaços rurais moçambicanos que não se beneficiam dessas infraestruturas e serviços sociais básicos, considerados de pertença do meio urbano.

A construção histórica do urbano ou de cidade no país gerou desigualdades acentuadas entre o urbano e o rural, com o primeiro concentrando as infraestruturas e serviços. À medida

5 Veja SOUZA, Marcelo L. de. ABC do desenvolvimento urbano. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

6 Excluímos a cidade de Maputo que é o principal centro urbano do país.

que se desloca para a periferia a tendência é a degradação dessas infraestruturas e serviços. O que significa que viver fora da cidade é sinônimo de estar condenado à pobreza. Quando essas características de precariedade começam a caracterizar os espaços urbanos significam que a pobreza tende a avançar para a cidade, principalmente nos espaços periféricos, o que descaracteriza o conceito de urbano e cidade construído historicamente. E isto se deve pelo facto da reclassificação dos limites administrativos não ser acompanhado de investimentos em infraestruturas sociais básicas, mas apenas por processos de “esquadrinhamento” do espaço, sem ter em conta os conteúdos da urbanidade que permitem a melhoria das condições de vida. Esse processo incorpora novos cidadãos aos limites da cidade, mas os renega o direito à cidade, deixando que cada um o conquiste de acordo com as suas lógicas e processos. Esta forma de produção da cidade/urbano consolida os arranjos sócio espaciais desiguais herdados do período colonial.

A ideia de ter um espaço sempre disponível ao apetite da cidade apresenta-se como uma violação do habitante rural, que lhe é retirado o direito de manter a sua forma de relacionamento com o espaço, sua forma de organização do espaço (residencial e produtivo), assim como as diversas formas de (re)produzir a sua existência. A reclassificação urbana, que lhes nega todos os direitos à cidade, lhe retira, igualmente o direito ao campo, materializado na sua forma de organização do espaço, em que se privilegia a proximidade do espaço residencial ao produtivo e as relações afetuosas com os objetos locais. O mesmo processo retira ao novo residente a terra que serviria de herança para os seus descendentes.

Incluir o espaço rural à cidade implica num processo de ocupação do mesmo que segue os planos de urbanização definidos, com ruas retilíneas, talhões definidos em função da “habitação urbana”, limitação do espaço por cada residente rural e destruídos os objetos sagrados. Esse processo está associado à especulação fundiária, que transforma a terra em solo urbano, portanto com valor de troca, impelindo o residente rural para outros espaços fora dos atuais limites da cidade. Os que permanecem veem os custos de transporte incrementados, não só para a cidade de cimento que concentra as infraestruturas e os serviços sociais básicos, mas também para os novos espaços de produção agrícola, já que os atuais foram tomados pelo avanço da cidade.

A proposta de problematizar os espaços urbanos em Moçambique não só deve se limitar a ideia de existência de novas formas de urbano, ajustadas à realidade moçambicana. É preciso discutir se os novos residentes gostariam de pertencer aos limites da cidade (ou vila), sem que lhe fosse concedido os mesmos direitos de quem habita a cidade de cimento. Ou, se não estariam confortáveis em conservar a sua história, materializada nas formas de organização e produção do espaço. Em outras palavras, podendo continuar a ser rurais, mas beneficiando dos conteúdos urbanos e preservando a sua história. Então, por que incluir uma área rural ao espaço urbano que alterará os conteúdos urbanos, como um todo, e destrói a história daquela área, renegando aos novos residentes o direito à cidade e o direito ao campo?

## Referências

ARAÚJO, Manuel G. M. Cidade de Maputo – Espaços Contrastantes: Do Urbano ao Rural. **Revista Finisterra**, XXXIV(6768). Lisboa. 1999. pp. 175-190.

ARAÚJO, Manuel G. M. Ruralidades-urbanidades em Moçambique: conceitos ou preconceitos? **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. I Série.vol. XVII-XVIII, Porto, 2001-2002y, p.5-11.

ARAÚJO, Manuel G. M. Os Espaços Urbanos em Moçambique. **GEOUSP Espaço e Tempo**. n° 14, p. 165-182, 2003.

ARAÚJO, Manuel G. M. **Espaço urbano demograficamente multifacetados**: as cidades de Maputo e Matola. Maputo, 2005.

BAIA, Alexandre H. M. **Os conteúdos da urbanização em Moçambique**: considerações a partir

da expansão da cidade de Nampula. 2009. 179f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento municipal em Moçambique**: as lições da primeira década. Maputo: Banco Mundial, 2010.

HANSINE, Rogers. O crescimento urbano, a urbanização e a fecundidade em Moçambique: uma análise conceptual e teórica. **Iberografias – Revista de estudos ibéricos**. Número 13. Ano XIII, 2017. p.160-172. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/367244804/Iberografias-n%C2%BA13>, acessu em: 21 de Fev. 2018.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997**: Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 1999.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007**: Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 2010.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017**: Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 2019.

LIMA, João C. M. **Conflito entre saberes na urbanização**: as tradições das comunidades e o planeamento territorial na cidade de Mocuba. 2016. 280f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente, Universidade Pedagógica, Maputo, 2016.

MATOS, Elmer A. C. de; MEDEIROS, Rosa M. V. Evolução e distribuição da população na cidade de Mocuba. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 14, n.3. 2010. p.46-61.

MOÇAMIQUE. **Lei nº 2/97 de 18 de Fevereiro. Lei das Autarquias**. Boletim da República. Maputo, 1997, p.3-19.

NEGRÃO, José G. A indispensável terra africana para o aumento da riqueza dos pobres. **Oficina do CES**, nº 179. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2618>, acesso em: 20/05/2017.

Recebido em 28 de abril de 2021.

Aceito em 25 de maio de 2021.